Demonstrações financeiras

Companhia Canadense de Investimentos em Energia - COINCE

31 de dezembro de 2020 e 2019 com Relatório do Auditor Independente

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	
Demonstração dos resultados abrangentes	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	
Demonstração dos fluxos de caixa	
Notas explicativas às demonstrações financeiras	



Centro Empresarial PB 370 Praia de Botafogo, 370 6° ao 10° andar - Botafogo 22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Tel: +55 21 3263-7000 ev com br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da **Companhia Canadense de Investimentos em Energia - COINCE** Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Canadense de Investimentos em Energia - COINCE ("Sociedade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Canadense de Investimentos em Energia - COINCE em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2021.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. CRC-2SP 015.199/O-6

Gláucio Dutra da Silva

Contador CRC-1RJ 090.174/O-4

Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2020	2019
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	54	126
Contas a receber	4	-	1.056
Dividendos a receber	11	45.433	33.684
Impostos a recuperar		85	82
Total do ativo circulante		45.572	34.948
Não circulante			
Investimento	5	339.341	353.671
Total do ativo não circulante		339.341	353.671
Total do ativo	<u> </u>	384.913	388.619

	Notas	2020	2019
Passivo			
Circulante			
Impostos e contribuições a recolher		2	2
Dividendos a pagar	11	29.788	26.292
Total do passivo circulante		29.790	26.294
Patrimônio líquido			
Capital social	7	99.600	99.600
Reservas de lucros	7	102.228	103.472
Ajustes de avaliação patrimonial	7	153.295	159.253
Total do patrimônio líquido		355.123	362.325
Total do passivo e do patrimônio líquido	<u> </u>	384.913	388.619

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2020	2019
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais è administrativas	8	(31)	(55)
Resultado com equivalência patrimonial	5	104.862	133.755
		104.831	133.700
Lucro operacional antes do resultado			
financeiro e dos impostos		104.831	133.700
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	9	16	10
Despesas financeiras	9	(1)	(4)
		15	6
Lucro antes do imposto de renda			
e da contribuição social		104.846	133.706
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	10	-	-
		-	-
Lucro líquido do exercício		104.846	133.706

Demonstração dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	104.846	133.706
Outros resultados abrangentes Outros resultados abrangentes líquidos	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício	104.846	133.706

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		_	Reservas	de lucros				Recursos	
	Notas	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulado	Total patrimônio líquido	destinados a aumento de capital	Total patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	87.100	10.189	65.174	165.211	-	327.674	12.500	340.174
Aumento de capital via capitalização de AFAC	7.a	12.500	-	-	-	-	12.500	(12.500)	-
Realização da avaliação patrimonial	7.c	-	-	-	(5.958)	5.958	-	-	-
Declaração de dividendos ocorrida no exercício	7.d	-	-	(65.174)	-	-	(65.174)	-	(65.174)
Declaração de dividendos intermediários	7.d	-	-	-	-	(46.381)	(46.381)	-	(46.381)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	133.706	133.706	-	133.706
Constituição de reserva legal	7.b	-	6.685	-	-	(6.685)	-	-	-
Reserva de dividendos complementares	7.b	-	-	86.598	-	(86.598)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	99.600	16.874	86.598	159.253	-	362.325	-	362.325
Realização da avaliação patrimonial	7.c	-	-	-	(5.958)	5.958	-	-	-
Declaração de dividendos ocorrida no exercício	7.d	-	-	(86.598)	-	-	(86.598)	-	(86.598)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	104.846	104.846	-	104.846
Constituição de reserva legal	7.b	-	3.046	-	-	(3.046)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	7.d	-	-	-	-	(25.450)	(25.450)	-	(25.450)
Reserva de dividendos complementares	7.b	-	-	82.308	-	(82.308)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	=	99.600	19.920	82.308	153.295	-	355.123	-	355.123

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro líquido com o fluxo de caixa Resultado de equivalência patrimonial 5 (104.862) (133.755 (104.862) (133.755 (104.862) (133.755 (104.862) (133.755 (104.862) (133.755 (104.862) (104.862) (133.755 (104.862) (104.8		Notas	2020	2019
Lucro líquido do exercício Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro líquido com o fluxo de caixa Resultado de equivalência patrimonial (Aumento) redução nos ativos operacionais Contas a receber Contas a recuperar Redução nos passivos operacionais Contas a pagar Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais Fluxo de caixa das atividades de investimento Dividendos recebidos Aumento de capital em empresas investidas Fluxo de caixa das atividades de investimento Dividendos recebidos Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento Dividendos pagos Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento Dividendos pagos Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento Dividendos pagos Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento Dividendos pagos Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento Dividendos pagos Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento Dividendos pagos Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento Dividendos pagos Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento Dividendos pagos Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento Dividendos pagos Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento (108.552) (96.668)	Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro líquido com o fluxo de caixa Resultado de equivalência patrimonial 5 (104.862) (133.755 (Aumento) redução nos ativos operacionais Contas a receber 1.056 (1.056 Impostos a recuperar 3) 13 Redução nos passivos operacionais Contas a pagar - (8 Contas a pagar - (8 Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais 1.037 (1.100 Impostos recebidos 107.443 94.325 Aumento de capital em empresas investidas 5 - 3.290 (201xa líquido gerado pelas atividades de investimento 107.443 97.615 Impostos ecaixa das atividades de financiamento 100 Dividendos pagos (108.552) (96.668 (201xa líquido aplicado nas atividades de financiamento (108.552) (96.668 (201xa líquido aplicado nas atividades de financiamento (108.552) (96.668 (201xa líquido aplicado nas atividades de financiamento (108.552) (96.668 (201xa líquido aplicado nas atividades de financiamento (108.552) (96.668 (201xa líquido aplicado nas atividades de financiamento (108.552) (96.668 (201xa líquido aplicado nas atividades de financiamento (108.552) (96.668 (201xa líquido aplicado nas atividades de financiamento (108.552) (96.668 (201xa líquido aplicado nas atividades de financiamento (108.552) (96.668 (201xa líquido aplicado nas atividades de financiamento (108.552) (96.668 (201xa líquido aplicado nas atividades de financiamento (108.552) (96.668 (201xa líquido aplicado nas atividades de financiamento (108.552) (96.668 (201xa líquido aplicado nas atividades de financiamento (108.552) (96.668 (201xa líquido aplicado nas atividades de financiamento (108.552) (96.668 (201xa líquido aplicado nas atividades de financiamento (108.552) (96.668 (201xa líquido aplicado nas atividades de financiamento (108.552) (96.668 (201xa líquido aplicado nas atividades de financiamento (108.552) (96.668 (201xa líquido aplicado nas atividades de financiamento (108.552) (96.668 (201xa líquido aplicado nas atividades de financiamento (108.552) (96.668 (201xa líquido aplicado nas atividades de financiamento (10	·		104.846	133.706
Resultado de equivalência patrimonial 5 (104.862) (133.755 (Aumento) redução nos ativos operacionais Contas a receber 1.056 (1.056 Impostos a recuperar (3) 13 Redução nos passivos operacionais Contas a pagar - (8 Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais 1.037 (1.100 Dividendos recebidos 107.443 94.325 Aumento de capital em empresas investidas 5 - 3.290 Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento Dividendos recebidos 107.443 97.615 Fluxo de caixa das atividades de financiamento Dividendos pagos (108.552) (96.668 Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento (108.552) (96.668 Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento (108.552) (96.668 Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento (108.552)				
(Aumento) redução nos ativos operacionais Contas a receber Impostos a recuperar Redução nos passivos operacionais Contas a pagar Contas a pagar Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais Fluxo de caixa das atividades de investimento Dividendos recebidos Aumento de capital em empresas investidas Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento Fluxo de caixa das atividades de investimento Dividendos recebidos Aumento de capital em empresas investidas Fluxo de caixa das atividades de investimento Fluxo de caixa das atividades de financiamento Dividendos pagos Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento (108.552) (96.668)	do lucro líquido com o fluxo de caixa			
Contas a receber 1.056 (1.056 Impostos a recuperar (3) 13 Redução nos passivos operacionais Contas a pagar - (8 Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais 1.037 (1.100 Fluxo de caixa das atividades de investimento Dividendos recebidos 107.443 94.325 Aumento de capital em empresas investidas 5 - 3.290 Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento Fluxo de caixa das atividades de investimento 107.443 97.615 Fluxo de caixa das atividades de financiamento Dividendos pagos (108.552) (96.668 Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento (108.552) (96.668)	Resultado de equivalência patrimonial	5	(104.862)	(133.755)
Impostos a recuperar (3) 13 Redução nos passivos operacionais Contas a pagar - (8 Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais 1.037 (1.100 Fluxo de caixa das atividades de investimento Dividendos recebidos 107.443 94.325 Aumento de capital em empresas investidas 5 - 3.290 Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento 107.443 97.615 Fluxo de caixa das atividades de financiamento Dividendos pagos (108.552) (96.668 Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento (108.552) (96.668)	(Aumento) redução nos ativos operacionais			
Redução nos passivos operacionais Contas a pagar Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais Fluxo de caixa das atividades de investimento Dividendos recebidos Aumento de capital em empresas investidas Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento Fluxo de caixa das atividades de investimento 5 - 3.290 Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento Fluxo de caixa das atividades de financiamento Dividendos pagos Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento (108.552) (96.668) Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	Contas a receber		1.056	(1.056)
Contas a pagar Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais Fluxo de caixa das atividades de investimento Dividendos recebidos Aumento de capital em empresas investidas Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento Fluxo de caixa das atividades de investimento Fluxo de caixa das atividades de financiamento Dividendos pagos Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento (108.552) (96.668) Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento (108.552) (96.668)	Impostos a recuperar		(3)	13
Contas a pagar Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais Fluxo de caixa das atividades de investimento Dividendos recebidos Aumento de capital em empresas investidas Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento Fluxo de caixa das atividades de investimento Fluxo de caixa das atividades de financiamento Dividendos pagos Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento (108.552) (96.668) Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento (108.552) (96.668)	Redução nos passivos operacionais			
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais Fluxo de caixa das atividades de investimento Dividendos recebidos Aumento de capital em empresas investidas Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento Fluxo de caixa das atividades de financiamento Dividendos pagos Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento (108.552) (96.668) (96.668)			-	(8)
Dividendos recebidos Aumento de capital em empresas investidas Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento Fluxo de caixa das atividades de financiamento Dividendos pagos Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento (108.552) (96.668)	Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		1.037	(1.100)
Aumento de capital em empresas investidas Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento Fluxo de caixa das atividades de financiamento Dividendos pagos Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento (108.552) (96.668)	Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento Fluxo de caixa das atividades de financiamento Dividendos pagos Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento (108.552) (96.668) (108.552) (96.668)	Dividendos recebidos		107.443	94.325
Fluxo de caixa das atividades de financiamento Dividendos pagos Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento (108.552) (96.668) (96.668)	Aumento de capital em empresas investidas	5	-	3.290
Dividendos pagos (108.552) (96.668 Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento (108.552) (96.668	Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento		107.443	97.615
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento (108.552) (96.668	Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
	Dividendos pagos		(108.552)	(96.668)
Redução líquida do saldo de caixa e equivalente de caixa (72)	Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(108.552)	(96.668)
(12)	Redução líquida do saldo de caixa e equivalente de caixa		(72)	(153)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício 126 279	Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		126	279
·	•			126
Variação líquida do saldo de caixa e equivalente de caixa (72) (153	Variação líquida do saldo de caixa e equivalente de caixa		(72)	(153)

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Companhia Canadense de Investimentos em Energia - COINCE ("COINCE" ou "Sociedade") é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem por objeto a participação no capital de outras sociedades, na qualidade de sócia quotista ou acionista, e têm como controladas do ramo energético, as empresas Serra Negra Energética S.A. ("Serra Negra"), Caçador Energética S.A. ("Caçador"), Linha Emília Energética S.A. ("Linha Emília") e Cotiporã Energética S.A. ("Cotiporã").

Em 08 de janeiro de 2003, foi constituída a Sociedade sob a denominação de Eirunepé Participações Ltda., com capital social de R\$ 120 (cento e vinte reais).

Em 22 de fevereiro de 2006, os sócios aprovaram a transformação da forma jurídica da Sociedade de limitada para sociedade anônima e alteraram sua razão social para Commodus Participações S.A., mantendo sua composição societária.

Em 30 de agosto de 2006, foi aprovada nova alteração da denominação social para Companhia Canadense de Investimentos em Energia S.A.

Em 31 de agosto de 2006, a Sociedade iniciou suas operações por meio do aumento de capital efetuado pela nova acionista Brookfield Energia Renovável S.A., mediante cessão e transferência, a valor contábil, de todos os direitos detidos sobre as ações das empresas Serra Negra, Energética Ponte Alta S.A. ("Ponte Alta"), Caçador, Linha Emília e Cotiporã.

Em 1° de dezembro de 2011, a Sociedade alienou à Brookfield Energia Renovável S.A. a totalidade das ações que detinha no capital social da Ponte Alta, conforme Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, entre elas celebrado naquela data.

As empresas controladas atuam no segmento de geração de energia por meio de fontes alternativas no âmbito do PROINFA, conforme Lei n° 10.438, de 26 de abril de 2002, alterada pela Lei n° 10.762, de 11 de novembro de 2003, regulamentada pelo Decreto n° 5.025, de 30 de março de 2004, para a construção, a implantação e a exploração de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs).

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

As controladas da Sociedade detêm autorizações da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para exploração das seguintes Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), na forma de produtores independentes:

PCH	Potência em MW	Nº da autorização ANEEL	Vencimento do prazo da autorização	Local
Piranhas	18,0	345/1999	Dez/2029	Piranhas - GO
Caçador	22,5	449/2000	Jun/2030	Serafina Corrêa e Nova Bassano - RS
Cotiporã	19,5	452/2000	Jun/2030	Cotiporã - RS
Linha Emília	19,5	448/2000	Jun/2030	Dois Lajeados - RS
Total	79,5	_		•

A PCH Piranhas, pertencente à controlada Serra Negra, foi constituída em 31 de março de 2005 e entrou em operação em 8 de dezembro de 2006.

A PCH Caçador foi constituída em 1º de junho de 2001 e entrou em operação em 31 de outubro de 2008.

A PCH Cotiporã foi constituída em 1º de junho de 2001 e entrou em operação em 23 de dezembro de 2008.

A PCH Linha Emília foi constituída em 1º de junho de 2001 e entrou em operação em 31 de janeiro de 2009.

O período de autorização das PCHs é de 30 anos, contados a partir da data de publicação da Resolução ANEEL de cada uma, podendo ser prorrogado, por igual período, considerando os critérios estabelecidos pela Lei Federal nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 (alterada pela Lei nº 13.360, de 17 de novembro de 2016), pelo Decreto nº 9.158/2017, de 21 de setembro de 2017 e pela Resolução Normativa ANEEL nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019.

Exceção ocorre para as autorizações das PCHs Linha Emília, Caçador e Cotiporã, cujos prazos de autorização são vigentes até 23 de junho de 2030, também podendo ser prorrogado a critério do órgão regulador.

Ao fim do prazo da autorização, os bens e as instalações necessários para a geração de energia elétrica em aproveitamento hidráulico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos ainda não amortizados. Nesse caso, para determinar o montante da indenização a ser recebido, serão considerados os valores dos investimentos realizados, deduzidos da depreciação apurada por auditoria do Poder Concedente.

A Sociedade e suas controladas, em virtude das características dos contratos de venda de energia (PPA) e dos clientes não observou alteração relevante em sem volume de operações, faturamento ou fornecimento de energia em virtude da pandemia do COVID-19.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

As controladas da Sociedade possuem contrato de venda de energia (PPA - *Power Purchase Agreement*) de acordo com as seguintes principais características:

		Datas do contrato		
Empresa	Clientes	Início	Vencimento	
Serra Negra	Eletrobrás (*)	30/09/2006	29/09/2026	
Caçador	Eletrobrás (*)	20/10/2008	19/10/2028	
Cotiporã	Eletrobrás (*)	23/12/2008	29/09/2028	
Linha Emília	Eletrobrás (*)	20/06/2009	19/06/2029	

^(*) Centrais Elétricas Brasileiras S.A.

Anualmente, ou na menor periodicidade permitida em lei ou regulamento, os preços da energia contratada dos contratos de venda de energia mencionados são reajustados pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária ("Lei n° 6.404/76"), que incluem os dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei n° 11.638, de 28 de dezembro de 2007 ("Lei n° 11.638/07"), e pela Lei n° 11.941, de 27 de maio de 2009 ("Lei n° 11.941/09"), e dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Adicionalmente, a Sociedade considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de elaboração

A Sociedade adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pelo CPC e aprovadas pelo CFC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2020. As práticas contábeis, descritas na Nota Explicativa 2.3, foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

A consolidação das demonstrações financeiras será apresentada na investidora nível acima da Sociedade, Brookfield Energia Renovável S.A., a qual detém 100% da Sociedade.

Conforme CPC 36 (R3), a controladora pode deixar de apresentar as demonstrações financeiras consolidadas, somente se todas as condições a seguir forem cumpridas, além do permitido legalmente:

- (a) a controladora é ela própria uma controlada (integral ou parcial) de outra entidade, a qual, em conjunto com os demais proprietários, incluindo aqueles sem direito de voto, foram consultados e não fizeram objeção quanto à não apresentação das demonstrações financeiras consolidadas pela controlada;
- (b) seus instrumentos de dívida ou patrimoniais da controladora não são negociados publicamente;
- (c) a controladora não arquivou e não está em processo de arquivamento de suas demonstrações financeiras junto a CVM ou outro órgão regulador, visando a distribuição pública de qualquer tipo ou classe de instrumentos no mercado de capitais; e
- (d) a controladora final ou qualquer controladora intermediária da controladora, disponibiliza ao público suas demonstrações financeiras consolidadas e em conformidade com os Pronunciamentos do CPC.

Em 31 de dezembro de 2020, a Sociedade atende todas as condições acima descritas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Sociedade é como segue:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Sociedade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

b) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Sociedade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, aos quais tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

b.1) Ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem.
- A Sociedade transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse.
- A Sociedade transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

b) <u>Instrumentos financeiros</u>--Continuação

b.1) Ativos financeiros--Continuação

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Sociedade são o caixa e equivalentes de caixa e dividendos a receber.

b.2) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

i) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a atualização monetária, e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

ii) Empréstimos e recebíveis

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos à juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

O principal passivo financeiro reconhecido pela Sociedade é o dividendo a pagar.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

c) <u>Transações com partes relacionadas</u>

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado. Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

d) Ativo circulante e não circulante

São demonstrados ao valor de custo ou realização, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos e variações monetárias ou cambiais auferidos.

e) Investimentos

Uma controlada é uma entidade sobre a qual a Sociedade tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Os resultados, ativos e passivos das controladas são incorporados às demonstrações financeiras com base no método de equivalência patrimonial (Nota 5), cujos investimentos em controladas são inicialmente registrados pelo valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Sociedade no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da investida. Quando a parcela da Sociedade no prejuízo de uma coligada ou controlada excede a participação da Sociedade naquela entidade (incluindo qualquer participação de longo prazo que, na essência, esteja incluída no investimento líquido nessa entidade), a Sociedade deixa de reconhecer a sua participação em prejuízos adicionais. Os prejuízos adicionais são reconhecidos somente se a Sociedade tiver incorrido em obrigações legais ou constituídas ou tiver efetuado pagamentos em nome da entidade.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

e) Investimentos--Continuação

As exigências do CPC 38 são aplicáveis para fins de determinação da necessidade de reconhecimento da perda por redução do valor recuperável com relação ao investimento da Sociedade em uma controlada. Se necessário, o total do valor contábil do investimento (inclusive ágio) é testado para determinação da redução ao valor recuperável de acordo com o CPC 1 (R1), como um único ativo, através da comparação do seu valor recuperável (maior valor entre o valor em uso e o valor justo menos os custos para vender) com seu valor contábil. Qualquer perda por redução ao valor recuperável reconhecida é acrescida ao valor contábil do investimento. Qualquer reversão dessa perda por redução ao valor recuperável é reconhecida de acordo com o CPC 1 (R1) na medida em que o valor recuperável do investimento é subsequentemente aumentado.

Quando uma empresa da Sociedade realiza uma transação com uma coligada ou controlada, os lucros e prejuízos resultantes são reconhecidos apenas com relação às participações na investida não relacionadas à Sociedade.

f) Provisão

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando são esperados que algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

g) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas no resultado pelo regime de competência.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

h) Imposto de renda e contribuição social

Exceto para a Sociedade, cujo imposto de renda e a contribuição social são apurados com base no lucro real mediante a aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável, as controladas apuram seus impostos com base no lucro presumido mediante a aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre os percentuais de 8% para imposto de renda e 12% para a contribuição social sobre a receita bruta auferida no período de apuração, conforme determinado pela legislação tributária em vigor.

i) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, de acordo com o julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências e provisão para redução ao valor recuperável dos ativos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Sociedade revisa as estimativas e premissas, no mínimo, anualmente.

j) Recuperação de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar a deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

k) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Caixa e depósitos bancários	4	25
Aplicações financeiras	50	101
Total	54	126

As aplicações financeiras classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado estão compostas da seguinte forma:

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	2020	2019
Banco Itaú S.A.	Fundo DI	CDI	-	101
Banco Itaú S.A.	CDB	CDI	50	-
			50	101

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

4. Contas a receber

	2020	2019
Contas a receber – partes relacionadas	-	1.056
	-	1.056
A composição dos saldos por prazo de vencimento é como segue:		
	2020	2019
Saldo vencido de 91 a 180 dias	-	1.056
Total	-	1.056

A Administração não espera perdas no saldo do contas a receber.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Investimento

A movimentação dos saldos está demonstrada a seguir:

	Particiț sobre o ca	,	Patrim líqui		Luc do exe		Valor investin		Equiva patrim	
Controladas	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Serra Negra Energética S.A.	70,00%	70,00%	60.615	67.649	26.670	31.797	42.430	47.354	18.669	22.258
Caçador Energética S.A.	100,00%	100,00%	99.101	104.517	30.454	38.793	99.101	104.517	30.454	38.793
Cotiporã Energética S.A.	100,00%	100,00%	98.547	100.687	28.414	36.203	98.547	100.687	28.414	36.203
Linha Emília Energética S.A.	100,00%	100,00%	99.263	101.113	27.325	36.501	99.263	101.113	27.325	36.501
Total		_	357.526	373.966	112.863	143.294	339.341	353.671	104.862	133.755

A movimentação do investimento está demonstrada a seguir:

Controladas	Saldo em 2019	Equivalência patrimonial	Declaração de dividendos	Saldo em 2020
Serra Negra Energética S.A.	47.354	18.669	(23.593)	42.430
Caçador Energética S.A.	104.517	30.454	(35.870)	99.101
Cotiporã Energética S.A.	100.687	28.414	(30.554)	98.547
Linha Emília Energética S.A.	101.113	27.325	(29.175)	99.263
Total	353.671	104.862	(119.192)	339.341

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Investimento--continuação

	Saldo em	Equivalência	Aumento(Redução)	Declaração de	Saldo em
Controladas	2018	patrimonial	de capital	dividendos	2019
Serra Negra Energética S.A.	45.159	22.258	(3.290)	(16.773)	47.354
Caçador Energética S.A.	102.685	38.793	-	(36.961)	104.517
Cotiporã Energética S.A.	91.340	36.203	5.500	(32.356)	100.687
Linha Emília Energética S.A.	87.833	36.501	7.000	(30.221)	101.113
Total	327.017	133.755	9.210	(116.311)	353.671

Principais informações sobre as empresas controladas

-	2020					201	9	
<u>-</u>	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Lucro do exercício	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Lucro do exercício
Serra Negra Energética S.A.	77.178	16.565	60.613	26.670	77.848	10.199	67.649	31.797
Caçador Energética S.A.	117.504	18.403	99.101	30.454	117.057	12.540	104.517	38.793
Cotiporã Energética S.A.	108.485	9.938	98.547	28.414	110.351	9.664	100.687	36.203
Linha Emília Energética S.A.	111.478	12.215	99.263	27.325	111.918	10.805	101.113	36.501

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não existem ações judiciais de qualquer natureza, conhecidas pela Administração, com base no parecer de seus assessores jurídicos, classificadas como perda provável, que impliquem registro de provisões ou divulgação, bem como classificadas como perda possível e montante mensurável, que impliquem em divulgação em nota explicativa.

7. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é de R\$ 99.600, dividido em 91.063.670 (noventa e um milhões, sessenta e três mil, seiscentos e setenta) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 03 de junho de 2019, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, aumentaram o capital da Sociedade em R\$ 12.500, com a emissão de 3.342.246 ações ordinárias, mediante a capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital.

b) Reservas de lucros

b.1) Reserva legal

O estatuto social determina que 5% do lucro líquido serão aplicados, antes de qualquer outra destinação na constituição da reserva legal, a qual não poderá exceder a 20% do capital social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

b.2) Reserva de retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o saldo remanescente, após as deduções legais, será distribuído como dividendo aos acionistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral.

Conforme previsto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, o saldo das reservas de lucros, exceto as reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos.

Conforme previsto no artigo 202, §§ 4° e 5° da Lei n° 6.404/76, os lucros que deixarem de ser distribuídos em razão de situação financeira da Sociedade devem ser registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que o permitir a situação financeira da Sociedade.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Patrimônio líquido--Continuação

b) Reservas de lucros--Continuação

b.2) Reserva de retenção de lucros--Continuação

Em 31 de dezembro de 2020, o montante de reservas de lucros é superior ao capital social e, portanto, esse excesso precisa ser deliberado em Assembleia Geral Ordinária através da distribuição de dividendos complementares ou pelo aumento de capital.

c) Ajuste de avaliação patrimonial

Os efeitos decorrentes da avaliação do ativo imobilizado das controladas da Sociedade, realizada em 1° de janeiro de 2009 e em 31 de dezembro de 2009 (para a controlada Linha Emília) em acordo com o CPC 27 e ICPC 10, foram alocados no patrimônio líquido na rubrica "ajuste de avaliação patrimonial". Os valores serão transferidos a conta de "lucros acumulados" na mesma proporção em que o ativo imobilizado for depreciado.

d) <u>Dividendos</u>

O estatuto social determina que será destinado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório o valor correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações.

Em 22 de maio de 2020, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 no valor de R\$ 86.598 à conta de Reserva Especial.

Em 18 de outubro de 2019, os acionistas, por meio da Ata de Reunião de Diretoria, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos intermediários referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2019 no valor de R\$ 46.381 (R\$ 509,32 por lote de mil ações).

Em 25 de março de 2019, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Ordinária, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, no valor de R\$ 48.836 (R\$ 556,72 por lote de mil ações) à conta de Reserva Especial.

Em 10 de janeiro de 2019, os acionistas, por meio da Ata de Reunião de Diretoria, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, no valor de R\$ 16.338 (R\$ 186,25 por lote de mil ações) à conta de Reserva Especial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Divulgação das despesas por natureza

	2020	2019
Despesas gerais e administrativas		
Serviços de terceiros	16	18
Promoção e publicidade	15	36
Outros	-	1
Total das despesas gerais e administrativas	31	55
9. Resultado financeiro	2020	2019
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	16	10
Total	16	10
Despesas financeiras		
Imposto sobre operações financeiras	1	4
Total	1	4

10. Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social calculados com base nas alíquotas nominais em relação aos valores contabilizados, como demonstrados a seguir:

	2020	2019
Lucro antes de imposto de renda e contribuição social	104.846	133.706
% do imposto (*)	34%	34%
Resultado de imposto de renda e contribuição social às respectivas alíquotas (*)	(35.648)	(45.460)
Equivalência patrimonial	35.653	45.476
Créditos fiscais de IRPJ e CSLL não reconhecidos	(5)	(16)
Total despesa de imposto de renda e contribuição social	-	-

^(*) A aplicação das alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9%, para contribuição social incidentes sobre o lucro tributável.

Em 31 de dezembro de 2020, a Sociedade possuía um saldo total de imposto de renda sobre prejuízos fiscais e contribuição social sobre base negativa acumulados, no montante de R\$ 13.131 (em 31 de dezembro de 2019 era R\$ 13.125). O total do prejuízo fiscal da Sociedade em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 38.621 (em 31 de dezembro de 2019 era R\$ 38.604).

Os créditos tributários diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa não foram registrados pelo fato da Sociedade não ter expectativa de apuração de lucros fiscais futuros para realização dos referidos créditos tributários.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Transações com partes relacionadas

Os saldos das transações com as empresas do Grupo são apresentados conforme abaixo:

	Nota	2020	2019
<u>Ativo</u>			
Contas a receber			
Serra Negra Energética S.A.	(a)	-	1.056
		-	1.056
Dividendos a receber			
Caçador Energética S.A.	(b)	16.380	11.210
Cotiporã Energética S.A.	(b)	8.085	8.446
Linha Emília Energética S.A.	(b)	9.975	8.463
Serra Negra Energética S.A.	(b)	10.993	5.565
		45.433	33.684
<u>Passivo</u>			
Dividendos a pagar			
Brookfield Energia Renovável S.A.	(c)	29.788	26.292
		29.788	26.292

 ⁽a) Contas a receber entre a Sociedade e as empresas do grupo, como serviços de administração, operação e manutenção e outros;

Durante o ano de 2020, a remuneração total dos administradores foi de R\$12.

⁽b) Dividendos a receber das empresas controladas pela Sociedade;

⁽c) Referem-se aos dividendos a serem pagos ao acionista da Sociedade.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Instrumentos financeiros

Em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPC 39, 40 e 48, a Sociedade efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Sociedade efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Os ativos financeiros da Sociedade são classificados a valor justo por meio do resultado ou por custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

	2020			2019			
	Custo	A valor justo por meio de		Custo	A valor justo por meio de		
Ativos financeiros	amortizado	resultado	Total	amortizado	resultado	Total	
Caixa e equivalentes de caixa	-	54	54	-	126	126	
Contas a receber	-	-	-	1.056	-	1.056	
Dividendos a receber	45.433	-	45.433	33.684	-	33.684	
	45.433	54	45.487	34.740	126	34.866	

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Instrumentos financeiros--Continuação

b) <u>Classificação dos instrumentos financeiros por categoria</u>--Continuação

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Custo amortizado: Incluem ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Os juros, atualização monetária, variação cambial, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Os principais passivos financeiros da Sociedade são classificados como custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

	2020	2019
Passivos financeiros	Custo amortizado	Custo amortizado
Dividendos a pagar	29.788	26.292
	29.788	26.292

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Instrumentos financeiros--Continuação

b) <u>Classificação dos instrumentos financeiros por categoria</u>--Continuação

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

• Caixa e bancos

Estão apresentados pelo seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.

Aplicações financeiras

São classificadas como disponíveis à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.

Contas a receber

São classificados como mantidos até o vencimento, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Mensuração do valor justo

A tabela a seguir apresenta uma análise dos instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo, após o seu reconhecimento inicial. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado:

- a) Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada de preços cotados (não corrigidos) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos.
- b) Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sejam observáveis, direta ou indiretamente.

	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	54	126

c) Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo.

A Sociedade não possui instrumentos financeiros classificados em nível 1 ou 3 em 31 de dezembro de 2020 e 2019. A mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros é aproximada do valor contábil.

d) Gestão de risco

As operações financeiras da Sociedade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando à segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas.

A política da Sociedade estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de obrigações, seja em moeda estrangeira ou nacional, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados às variações cambiais ou a quaisquer índices sujeitos a maiores volatilidades.

Neste sentido, a contratação de instrumentos financeiros derivativos pode ocorrer após análise do risco pela Administração da Sociedade, simultaneamente ao contrato que deu origem a tal exposição.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado apenas por renomadas agências de análise de risco, o patrimônio líquido e os níveis de concentração de operações e recursos. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Sociedade são:

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

12. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

i) Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Sociedade a riscos de crédito referem-se às disponibilidades e as contas a receber. Todas as operações da Sociedade são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos. O risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é minimizado uma vez que os recebimentos ocorrem no mês subsequente ao fato gerador.

ii) Risco de liquidez

Representa o risco de escassez e dificuldade da Sociedade honrar suas dívidas. A Sociedade procura alinhar o vencimento de suas obrigações com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem.

iii) Risco de taxa de juros

Refere-se ao risco de a Sociedade incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados no mercado e partes relacionadas.

A Sociedade entende que não é necessário celebrar contratos de derivativos para cobrir este risco, entretanto, vem monitorando continuamente as taxas de juros de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

e) Derivativos

Durante os exercícios de 2020 e de 2019, a Sociedade não negociou com instrumentos financeiros derivativos.

13. Autorização para conclusão das demonstrações financeiras

A Diretoria da Sociedade autorizou a conclusão das presentes informações financeiras em 05 de fevereiro de 2021.